



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 31 de janeiro de 2013

JORNAL DO COMMERCIO Desburocratização da Sudam	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Sudam facilita acesso a crédito	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Fim de incentivo afeta consumo	4
ECONOMIA	
A CRITICA Alimentos 30% mais caros	5
ECONOMIA	
A CRITICA Governo atrasa polo naval.....	6
ECONOMIA	
A CRITICA ZFM.....	7
ECONOMIA	
A CRITICA Julio Ventilari	8
BEM VIVER	
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	9
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	10
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Cerca de mil industriários são demitidos, 200 só na Samsung	11
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Sudam facilita acesso das empresas aos recursos do FDA	12
ECONOMIA	

Desburocratização da Sudam

Novas regras vão ajudar a aprovar mais de R\$ 4 bilhões em projetos

A Sudam anunciou a desburocratização na análise e aprovação dos projetos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e de Incentivos Fiscais. Isso garante maior agilidade na aprovação dos projetos empresariais, que somados giram em torno de R\$ 4 bilhões destinados ao Amazonas em 2013.

Página A5

Sudam facilita acesso a crédito

Por Tanair Maria

A Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) anuncia a desburocratização na análise e aprovação dos projetos do FDA (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia) e de IF (Incentivos Fiscais).

De acordo com o superintendente da Sudam, Djalma Mello as novas regras desses dois instrumentos garantem maior agilidade no processo de aprovação dos projetos empresariais, que somados giram em torno de R\$ 4 bilhões destinados ao Ama-

zonas em 2013. O que significa um aumento de 29,5% na comparação com os R\$ 3,1 bilhões de investimentos atraídos e/ou mantidos no estado no ano passado. Deste montante cerca de R\$ 1 bilhão foi concedido a 27 empresas amazonenses que gerou aproximados 52 mil postos de trabalho diretos e indiretos em 2012. "A missão da Sudam agora é de analisar a carta consulta prévia dos projetos e após aprovados passam a ser de responsabilidade do agente operador do financiamento, que passa a operar diretamente com a empresa", esclarece Mello.

Uma das novidades marcantes

da Sudam ficou a cargo do FDA que passa a aceitar os projetos de empresas limitadas, deixando de ser exigido que apenas as empresas S.A. (Sociedade Anônima) com ações na bolsa de valores, participem do fundo, informa o superintendente Mello. "Essa é a grande manchete que vai atrair mais empresas com novos projetos", comemora.

Outra novidade que também animou a reunião de diretores e equipe técnica da Sudam, realizada na manhã de quarta-feira (30), na sede da Suframa, concentrou atenção no caso dos incentivos extensivos a seto-

res ainda não contemplados na legislação vigente, a exemplo do Polo Naval que surge com forte expectativa no Amazonas, segundo o diretor de fundo, benefícios fiscais e atração de investimentos da Sudam, Inocêncio Gasparim. "No caso do FDA, o novo decreto que passa a vigorar a partir deste ano, abre o financiamento para empresas de capital limitado e ainda permite ao investidor optar por qualquer banco operador. Antes o financiamento era restrito ao Banco da Amazônia", disse.

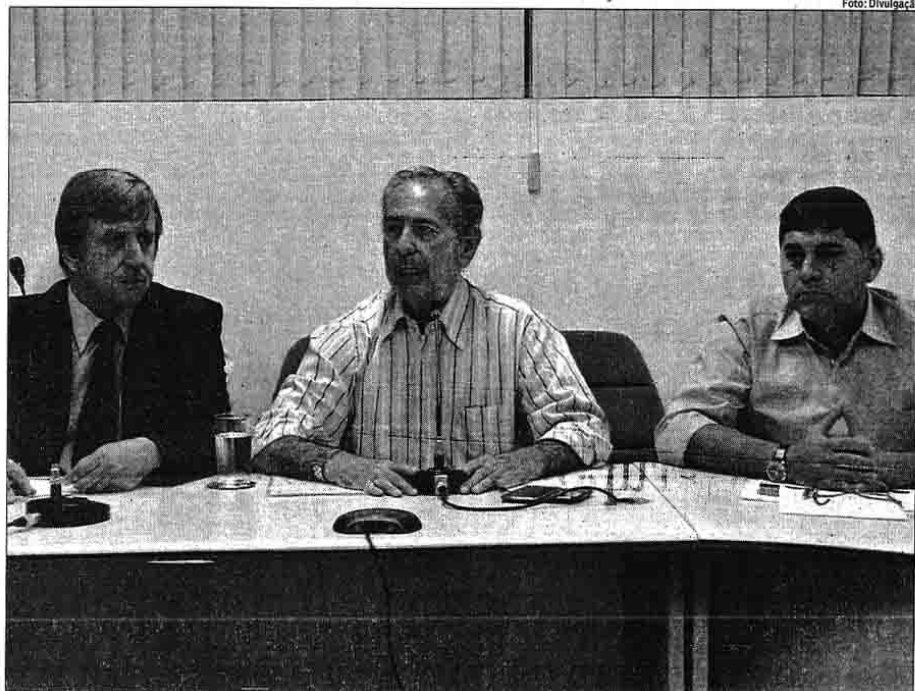
O superintendente da autarquia aproveitou a oportunidade para comemorar a celebração

de Termo de Cooperação nº 04/2012 entre a Sudam e o Ifam (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas). Que autoriza a liberação dos recursos no valor de R\$ 384,7 mil cujo objetivo é da realização de cursos de qualificação na área da construção civil para 100 mulheres, projeto pioneiro que se obtiver resultado positivo, deverá ser levado para outras capitais, como: Belém (PA) e Rio Branco (AC), adianta Mello.

Na ocasião, o superintendente

da Sudam, com a equipe, também fez a entrega de 82 laudos de projetos aprovados pela autarquia. Os projetos são de 27 empresas amazonenses que obtiveram incentivo fiscal da redução do Imposto de Renda e do reinvestimento junto à Sudam. O valor de incentivos fiscais concedidos, nesses projetos que receberam os laudos, chega a cerca de R\$ 1 bilhão, e representam a geração e/ou manutenção de 52 mil empregos diretos e indiretos no Amazonas.

Foto: Divulgação



Superintendente da Sudam, Djalma Mello, apresentou os detalhes, ontem, durante encontro com jornalistas e empresários

Números

SUDAM IF/FDA

EMPRESAS BENEFICIADAS COM O INCENTIVO FISCAL NO AMAZONAS - 2012	Nº de Incentivos Concedidos
COLORTECH DA AMAZÔNIA LTDA	01
AVAMPLAS POLÍMEROS DA AMAZÔNIA LTDA	01
MANAUS AMBIENTAL S/A	02
UNICOBIA DA AMAZÔNIA LTDA	01
LEAKLESS DO BRASIL LTDA	02
RAI CONCENTRADOS DA AMAZÔNIA LTDA	01
STECK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA	02
PHILCO ELETRÔNICOS LTDA	01
ORIENT RELÓGIO DA AMAZÔNIA LTDA	01
KEIHIN TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA	01
DIGITRON DA AMAZÔNIA IND. E COMÉRCIO S/A	02
EYES N'WHERE SISTEMAS INTELIGENTES	
DE IMAGEM LTDA	01
SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA	07
HDL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA	11
TPV DO BRASIL IND. DE ELETRÔNICOS LTDA	01
HÁBITUA TURISMO E EMPREENDIMENTOS LTDA	01
BERTOLINI CONS. NAVAL DA AMAZÔNIA LTDA	02
UNIVERSAL FITNESS DA AMAZÔNIA LTDA	04
ITAPORANGA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	02
GENIS EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA LTDA	03
TP VISION INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA	01
L G ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA	22
AMZ MÍDIA INDUSTRIAL S/A	06
HARMAN DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRÔNICA E PARTICIPAÇÕES LTDA	03
AÇOS DA AMAZÔNIA LTDA	01
PROCOATING IND DE LAM. DA AMAZÔNIA LTDA	01
YAMAHA MOTOR COMP. DA AMAZÔNIA LTDA	01

Follow-Up



Homenagem a um empresário

Hoje faz um mês que morreu um dos mais ilustres empresários amazonenses da segunda metade do século 20. Em 31 de dezembro de 2012, quando a coluna Follow-up Empresarial estava em recesso de final de ano, faleceu, aos 90 anos, na cidade do Rio de Janeiro, onde residia, Nathaniel Lemos Xavier de Albuquerque, um criativo empreendedor no melhor estilo inovador estudado por Joseph Schumpeter.

Possuidor de grande preparo intelectual e com a experiência de empresário de sucesso, Nathaniel Albuquerque teve também participação relevante junto ao grupo de trabalho do governo federal que formulou o projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), idealizado pelo governo militar para desenvolver a Amazônia Ocidental – uma área considerada estratégica pelos militares para a segurança nacional. A ZFM, convém lembrar, é a única política pública do governo federal – na história do desen-

volvimento regional – que deu certo na Amazônia. E o Polo Industrial de Manaus (PIM) é a materialização maior desse sucesso.

Iniciando sua atividade empresarial no setor comercial, com o crescimento da ZFM Nathaniel Albuquerque concentrou seu talento criativo no setor industrial. Entre uma série de outras atividades industriais que participou, foi responsável pela vinda do grupo japonês Honda para Manaus, onde foi instalada moderna fábrica de motocicletas – a Moto Honda da Amazônia Ltda. Essa empresa, por seu alto poder germinativo, constituiu até hoje o mais importante projeto de investimento da região. Também teve participação em projetos de hotelaria (joint venture com o grupo francês Novotel).

O empresário foi durante longo tempo quotista expressivo da Moto Honda Ltda., que leva o nome 'Moto' – a primeira palavra da firma de comércio de Nathaniel (Moto-

Importadora Ltda.) – para marcar sua presença. A Moto Honda teve um crescimento incomum na ZFM, constituindo hoje um 'cluster tecnológico' de enorme dimensão e complexidade. Vale registrar que, enquanto quotista da empresa japonesa, Nathaniel Albuquerque teve destacada participação em sua administração.

Pelo valor da atuação de Nathaniel Lemos Xavier de Albuquerque em prol da economia da ZFM, a coluna Follow-up Empresarial presta sua homenagem ao ilustre amazonense, fazendo votos de que sua vida de empresário inovador sirva de inspiração aos empreendedores mais jovens do Amazonas.

Máquina arrecadadora eficiente

Mais um record da Secretaria da Receita Federal do Brasil: pela primeira vez na história, a arrecadação federal em um ano ultrapassou a marca de R\$ 1 trilhão. Segundo o que foi divulgado em 23/01/2013, as receitas da União somaram R\$ 1,029 trilhão em 2013. Apesar desse resultado, o ingresso de recursos ainda ficou abaixo do esperado pelo governo federal. Imaginem o quanto pagamentos de tributos se acrescentamos as arrecadações estadual e municipal. Porém, o que causa maior revolta ao contribuinte é a qualidade dos serviços públicos essenciais prestados à população.

Em dezembro, a RF arrecadou R\$ 103,246 bilhões, um

crescimento real de 0,96% em relação ao mesmo mês de 2011 e o segundo melhor resultado do mês, só perdendo para dezembro de 2010, quando o ingresso de tributos somou R\$ 105,1 bilhões em valores corrigidos pelo IPCA. De acordo com explicação da RF, a crise econômica e as desonerações fiscais promovidas pelo governo contribuíram para o menor crescimento da

Arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os produtos nacionais caiu R\$ 5,1 bilhões no ano passado

arrecadação em 2012. Apesar de as vendas de bens e serviços terem aumentado 8% no ano passado e da massa salarial ter subido cerca de 13%, a queda de 2,53% na produção industrial influenciou o resultado. Isto porque o peso do setor industrial na arrecadação é maior que o dos outros setores da economia.

Em razão do comportamento do mercado de trabalho, que continuou contratando trabalhadores com carteira assinada em 2012, as contribuições para a Previdência Social foram os tributos que mais contribuíram no crescimento da arrecadação no ano passado. Em 2012, as

receitas previdenciárias aumentaram R\$ 16,5 bilhões, com variação de 5,63% acima do IPCA.

O segundo grupo que mais contribuiu para a arrecadação federal em 2012 foi o formado pelo Programa de Integração Social (PIS) e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A receita desses dois tributos aumentou R\$ 10,1 bilhões no ano passado, mostrando um crescimento real de 4,68%. Por incidirem sobre o faturamento, o PIS e a Cofins refletem o comportamento das transações mercantis. Em seguida, vêm os impostos vinculados às importações, cuja arrecadação aumentou R\$ 4,6 bilhões no ano passado.

Por causa do fraco desempenho da indústria, a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os produtos nacionais caiu R\$ 5,1 bilhões no ano passado, 14,29% a menos que em 2012, descontada a inflação pelo IPCA. A queda também foi influenciada pelas desonerações anunciadas no ano passado para estimular a economia. De acordo com a RF, o governo deixou de arrecadar R\$ 46,440 bilhões com as reduções de tributos em 2012.

O menor crescimento da

arrecadação também resulta da queda da lucratividade das empresas no ano passado. A arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido caiu R\$ 4,727 bilhões em 2012, variação negativa de 2,68%. Também contribuiu a redução a zero da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Em junho, do ano passado, o tributo foi zerado para impedir que o reajuste da gasolina e do diesel nas refinarias chegasse aos consumidores, o que resultou em queda real de 70,5% na receita com o imposto sobre os combustíveis.

A Secretaria da Receita Federal aprimora o seu sistema de arrecadação tributária continuamente, mostrando extrema eficácia. Pena que esse talento também não seja adotada para modernizar o sistema tributário, racionalizando-o e tornando mais simples o processo de arrecadação, um dos fatores que explicam a baixa competitividade do produto nacional. Pode-se até especular que, se todos os órgãos do governo tivessem a mesma eficiência da Receita Federal, o Brasil poderia ser hoje um país desenvolvido. Pena que a eficiência do governo se realize apenas na cobrança de tributos.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Fim de incentivo afeta consumo

Por Emyle Araújo

De acordo com pesquisa elaborada pelo Corecon/AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), o cancelamento do incentivo fiscal do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 1% para 17% nos produtos da cesta básica causou o aumento de até 30% em alguns itens básicos de alimentação ao consumidor. O incentivo foi revogado neste primeiro mês de 2013 e estava previsto por Lei desde setembro de 2003.

Para o presidente do Conselho no estado, Marcus Evangelista, a perda desse incentivo pode causar problemas graves na economia amazonense com um impacto direto no poder aquisitivo dos amazonenses e, com isso, a redução da capacidade de consumo da população. "A consequência é negativa para a sociedade já que o aumento do imposto foi repassado aos preços finais", ressalta.

Segundo os especialistas econômicos da entidade, o governo do Estado precisa entender que os produtos que estão perdendo a isenção tributária são itens de necessidade básica da população e muitas famílias poderão ter até a alimentação reduzida por conta dessa medida.

"Não estamos falando da suspensão de benefícios fiscais de bens de luxo, estamos falando



Sefaz revogou incentivo de itens de alimentação sob o argumento de que os empresários não repassavam a medida ao consumidor final

sobre alimentação básica, ou itens necessários ao consumo humano", comenta Evangelista.

A Supervisora Técnica do Escritório Regional do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) no Amazonas, Alessandra de Moura Cada-

muro, também demonstra preocupação e adianta que as mudanças devem influenciar diretamente no valor final da cesta praticada no Amazonas.

A medida

Este mês, a Sefaz (Secretaria Estadual da Fazenda) decidiu revogar o incentivo tributário

de itens básicos de alimentação sob o argumento de que os empresários não repassavam a medida ao consumidor final e que tinha dificuldade em fiscalizar a aplicação da lei. "Não ter pessoal suficiente para fazer cumprir a lei é uma coisa, agora revogar um incentivo em função disto é outra totalmente

diferente", alfineta.

- "Essa justificativa nos deixa preocupados pelo futuro do modelo Zona Franca. Tememos que tais alegações sejam motivos para suspensão de benefícios fiscais de outros segmentos comprometendo nossa economia como um todo", observa o representante da entidade.

Alimentos 30% mais caros

Corecon-AM afirma que cesta básica amazonense subiu esse porcentual após aumento do ICMS

O custo com combustível deve desencadear o aumento no preço dos gêneros alimentícios, que estão em parte mais caros depois que o Governo do Estado

regovou a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 1% para até 10%.

O Conselho Regional de Eco-

nomia do Amazonas (Corecon-AM) constatou que a revogação do incentivo fiscal da cesta básica causou o aumento de até 30% em alguns itens básicos de ali-

mentação ao consumidor. O incentivo estava previsto no Artigo 26 da lei 2.826 de 29 de setembro de 2003, que foi revoga-

do este mês. Para o conselho, a perda desse incentivo pode causar problemas graves na economia do Estado com um impacto direto no poder aquisitivo dos amazonenses e com isso a redução da capacidade de consumo da população caso não seja revisto. "A consequência é negativa para a sociedade já que o aumento do imposto foi repassado aos preços finais, ressaltou o presidente do Corecon/AM, Marcus Evangelista. Este mês, a Secretaria Esta-

dual da Fazenda (Sefaz) decidiu revogar o incentivo tributário de itens básicos de alimentação sob o argumento de que os empresários não repassavam a medida ao consumidor final e que tinha dificuldade em fiscalizar a aplicação da lei. O presidente do Corecon/AM disse ver com preocupação a tratativa. "Não ter pessoal suficiente para fazer cumprir a lei é uma coisa, agora revogar um incentivo em função disto é outra totalmente diferente", ponderou.

Governo atrasa polo naval

Burocracia estatal e atrasos impedem o polo de sair do papel e de 80 investidores estrangeiros se instalarem no Amazonas

LUANA GOMES
luana.gomes@acritica.com.br

A velocidade com que surgem os interesses para investir no Polo da Indústria Naval do Amazonas não é a mesma dos governos estadual e federal para concluir o projeto. A contestação é feita por representantes do Sindicato da Indústria de Construção Naval do Amazonas (SindNaval), entidade que recebeu a sinalização de pelo menos 80 investidores estrangeiros desde o ano passado.

A Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas (Seplan) justificou que, como todo projeto grande, demora-se um tempo para ser planejado. No ano passado, com base em matéria institucional do Governo do Amazonas, o projeto de implantação do Polo Naval seria concluído até junho de 2012.

A época, o secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Airton Claudino, comentou que o Distrito Naval finalmente sairia do papel porque possuía as "condições favoráveis" para que avançar e ser concluído.

Em virtude do prazo descumprido, o secretário-executivo da Seplan, Rooney Peixoto, explicou que a preocupação é quanto a qualidade do serviço, pois não adianta

fazer o estudo de forma rápida e depois ser autuado pelos órgãos de controle. "Não é que houve atraso, mas uma preocupação em fazer as coisas bem-feitas", assegurou.

Peixoto ponderou que o levantamento fundiário está em fase de conclusão - demanda que foi encaminhada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) -, enquanto o estudo preliminar referente à parte ambiental vai ser iniciado. Ele diz que não saiu porque o governo está em tratativa com o Exército para definir os pontos de acesso.

Dentre outros pontos, também está em falta um estudo econômico, que vai ser custeado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A autarquia informou que a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) será responsável, mas o Termo de Cooperação Técnica ainda não foi assinado.

DOIS TEMPOS

O secretário-executivo do Arranjo Produtivo Local (APL) Naval Offshore, Cláudio Araújo, comentou que existem dois tempos nesta discussão: empresarial e governamental. No primeiro caso, a percepção é que as obras de acesso poderiam ter sido iniciadas neste mês, assim como procedimentos em rela-



Superintendente da Sudam, Djalma Mello, em reunião sobre incentivos fiscais

ção a concessão de terrenos, editais para portos, entre outros componentes da primeira fase do projeto.

Araújo detalhou que o que limita esta prática é exatamente a ação governamental, pois sequer existe o orçamento do acesso e foi feita desapropriação da área. "O governo do Estado precisa andar mais rápido, tem que ter a competência de gerir grandes projetos. A nossa dependência do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) impede muitas vezes que as pessoas percebam outras dinâmicas de negócios. Estamos tão dependentes, que alguns setores ficam a reboque", criticou.

Saiba mais

>> Dimensão

A área total destinada ao polo corresponde a 10,22 mil hectares, com base no Decreto 32.875/2012, que estabelece as áreas de importância estratégica para a implantação do polo naval, articulado como uma política pública estratégica a ser desenvolvida com o Governo Federal, Estados da Federação e municípios do Amazonas. As empresas produzirão embarcações de diversos portes.

Estudo sobre setores estratégicos

O setor também vê outro pleito andar a passos de tartaruga. A inclusão da atividade no Decreto nº 4.212/2002 - que define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) - está longe de ser aprovada. Os próprios representantes da autarquia divergem sobre o prazo final para estas alterações.

De acordo com o titular da Superintendência, Djalma Mello, a estimativa é que a proposta seja aprovada até o final de fevereiro. "Acreditamos que até o fim de fevereiro este novo decreto já esteja publicado e assinado pela presidente Dilma [Rousseff]", pontuou.

Por outro lado, o diretor de financiamento e incentivo fiscal da Sudam, Inocêncio Gasparim, afirmou que não é possível definir um prazo para isso. Ele apontou que, no próximo mês, talvez seja concluído um dos passos do trâmite, que precisa passar por vários órgãos até chegar a presidente.

Com a aprovação, as empresas do setor naval passam a ter os mesmos benefícios de outras do Polo Industrial de Manaus (PIM).

ZFM

Festa para comemorar 46 anos

A solenidade alusiva aos 46 anos de criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) será realizada no dia 2 de fevereiro, mesma data em que acontecerá a 261ª reunião do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Foi o que informou ontem a autarquia, por meio de sua assessoria de imprensa. Nada se falou em relação à presença, nesse dia, do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, que, desde que assumiu a pasta, até hoje não veio a Manaus.

Julio Ventilari

Comemoração

■ ■ A próxima reunião do Conselho de Administração da Suframa está marcada para o dia 28 de fevereiro. Abrindo a agenda das comemorações dos 46 anos de criação da autarquia.

CAPA

ECONOMIA

Fábricas de Manaus demitem pelo menos mil trabalhadores em menos de um mês

O Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus homologou mil demissões este mês. Somente ontem, a Samsung dispensou cerca de 200 empregados, que lotaram o auditório do sindicato para dar baixa nas carteiras de trabalho.

PÁG 10

Claro & Escuro

SUDAM

Correção de valores

A Sudam corrigiu os dados sobre o investimento fixo das empresas na Amazônia, como máquinas, equipamentos e edificações. O Amazonas aparecia, inicialmente, com apenas R\$ 300 milhões e o Pará com R\$ 9,9 bilhões. Na verdade é o inverso, confirmou o coordenador-geral de incentivos fiscais Indalécio Pacheco.

Cerca de mil industriários são demitidos, 200 só na Samsung

▶ Janeiro termina com elevado número de dispensas, aponta o Sindmetal

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Thiago Corrêa

MANAUS

Aproximadamente mil demissões foram homologadas pela indústria no Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus (Sindmetal) este mês, de acordo com a entidade. Somente ontem, a Samsung dispensou cerca de 200 empregados, que lotaram o auditório do sindicato para dar baixa nas carteiras de trabalho. O presidente do Sindmetal, Valdemir Santana, caracterizou como demissão em massa e prometeu levar o caso ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

Segundo Valdemir, este mês as demissões estão sendo pontuais. De acordo com o sindicalista, as dispensas estão acontecendo, mas todas as outras empresas estão contratando, ao contrário da Samsung. Os funcionários desligados foram da linha de produção de televisores, celulares e condicionadores de ar.

“A empresa descumpriu uma cláusula da convenção coletiva que diz que o empregador precisa avisar com antecedência quando for realizar acima de cinco desligamentos. A empresa alegou que esses funcionários foram dispensados por conta de



Sindicato dos Metalúrgicos ficou lotado com as homologações dos trabalhadores dispensados pela Samsung, situação qualificada pelos sindicalistas como 'demissão em massa'.

faltas. Mas acontece que ela não está contratando, repondo esses trabalhadores”, declarou o presidente do Sindmetal.

Dados do setor de homologação do Sindmetal apontam que a Samsung, em todo o ano passado, demitiu 1.598 pessoas, a segunda empresa que mais dispensou. “Foram 500 demissões apenas em novembro. Como pode uma empresa faturar bilhões e continuar demitindo?”, questionou Santana.

O sindicato alerta que muitos dos demitidos estavam com

doenças adquiridas no trabalho. Santana ressaltou que vai pedir que novos exames demissionais, desta vez, com um médico do sindicato. Conforme o presidente, cerca de 20% dos desligados podem estar com alguma enfermidade.

Uma das demitidas, a alimentadora de linha Lilian Vieira, estava há seis anos na empresa e afirmou que a mesma não deu nenhuma justificativa. “Já entrei com um processo na Justiça. Depois que fiquei doente, me deslocavam para

várias funções. Muitos adquiriram algum tipo de lesão e acredito que vão em busca dos seus direitos”, afirmou.

Em 2012, conforme levantamento do Sindmetal, mais de 24 mil trabalhadores foram demitidos, um avanço de 51,60% frente a 2011. As homologações realizadas no sindicato são apenas as de funcionários com mais de um ano de carteira assinada na empresa.

Até o fechamento desta edição, a Samsung não se pronunciou sobre as demissões.

Sudam facilita acesso das empresas aos recursos do FDA

▼ Outros bancos públicos poderão fazer a intermediação

TEXTO Lais Motta

MANAUS

Mudanças no regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), entre elas a possibilidade de financiar projetos em outros bancos públicos, que antes era realizado apenas pelo Banco da Amazônia, devem aumentar os investimentos no Amazonas de empresas incentivadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O anúncio foi feito pelo

superintendente do órgão, Djalma Mello. Com as mudanças, pelo menos R\$ 1,5 bilhão estão garantidos para este ano.

Agora, os incentivos podem ser concedidos também para empresas de sociedade limitada.

A taxa de juros anual, que oscilava entre 6% e 9%, ficará de 5% a 6,5%, informou o diretor de Financiamentos e de Incentivos Fiscais da Sudam, Inocêncio Gasparim, ao destacar que os recursos do FDA serão "financeirizados". "O recurso alocado para o FDA vai continuar no fundo. O que

não for usado, acumulará para o ano seguinte", explicou.

A Sudam anunciou que os bancos públicos serão os responsáveis pelo projeto. Os empresários devem entrar com uma consulta-prévia e buscar os agentes financeiros.

RECURSOS

R\$ 9,9 BI

▼ **é o total do investimento** fixo das empresas no Estado beneficiadas com incentivos concedidos pela Sudam.